

AS “CIDADES” DO DOURO INTERNACIONAL

JOÃO PEDRO REINO

RESUMO

Em Portugal a partir dos anos 50 tem início a construção de grandes empreendimentos hidroeléctricos. Este incremento vem em prossecução da Lei 2002 de 1944 que definia as linhas orientadoras do desenvolvimento, da exploração hidroeléctrica e da sequente electrificação do País. A construção das barragens de Picote, Miranda do Douro e Bemposta integravam um ávido programa de electrificação que alterou a fisionomia do rio, da região e do País, com o intuito de modernizar a sociedade portuguesa. Esta herança patrimonial faz parte da Arquitectura Moderna Portuguesa.

O património do conjunto hidroeléctrico de Picote, Miranda do Douro e Bemposta enquadram-se no Movimento Moderno, possuindo uma nova forma de pensar, de criar e de fruir o espaço. Estes espaços e equipamentos foram planeados de um modo equilibrado, obedecendo aos valores da Arquitectura Moderna, garante da dimensão social. Tinha como objectivo atribuir a cada função e a cada indivíduo o seu justo lugar. A arquitectura significava racionalizar o espaço, o volume e a estrutura. Havia uma procura de espaços para serem vividos. Existia uma transformação das regras de intervenção no espaço: ao atribuir o primado à função, enquanto directriz de determinação das formas espaciais, a Arquitectura Moderna conferiu a si própria um desígnio utilitário e envolveu-se na esfera do quotidiano; neste sentido, conquistou a legitimidade necessária para se assumir como um projecto social. De facto, trata-se de uma linha de pensamento que surge no contexto social e político de denúncia das condições urbanas e habitacionais decorrentes da sociedade industrial, em particular no que toca ao alojamento das massas (Pereira, 2004, 77-8).

Muita da Arquitectura Moderna ainda está por estudar, caracterizar e divulgar. A valorização da dimensão cultural que muito destas edificações possuem ainda está por fazer, tendo sido desconsiderada. Este património possui uma clara consciência cultural, adaptada às condições locais e do contexto, aos recursos técnicos e artísticos. Constituem edifícios de uma grande e renovada carga poética e plástica, sem deixar de atender aos aspectos técnico-funcionais. A construção das barragens não foi apenas uma obra de engenharia, mas em pouco tempo ergue-se uma “nova cidade” e uma nova vivência. A primeira, apesar do seu estado, perdura, a segunda foi passageira. O Movimento Moderno irá assim afirmar-se como um instrumento poderoso na regulamentação das condições de vida das pessoas: ao reivindicar a pericialidade do domínio das funções (práticas) ancoráveis no espaço, equacionando-a de um ponto de vista universal (Pereira, 2004, 79).

As Barragens do Douro Internacional

No início dos anos 50 o lobby industrialista ganha força. Vai dar-se prioridade ao desenvolvimento das infra-estruturas industriais como forma de demonstração de poder do Estado Novo, como a afirmação de um país em desenvolvimento. A construção das barragens do Douro Internacional constituem uma marca de uma época, são uma experiência precisa, rigorosa, e para além do mais grandiosa, que ficou oculta nas escarpas do Douro Internacional (Tavares, 1999, 139). Constituem elementos de

afirmação do poder proteccionista do Estado. Era um período de euforia para os engenheiros e um ambicioso projecto de exploração hidroeléctrica num percurso de cerca de 40 km do Douro Internacional. A construção de barragens era sinónimo de orgulho, fé e progresso tecnológico. A necessidade de produzir energia hidroeléctrica proporcionou a construção destas “*ciudades*” (património urbano) isoladas física, política e culturalmente do resto do País. Era uma fase de assombro, na qual este tipo de empreendimentos eram um requisito obrigatório para o processo de industrialização/desenvolvimento local/nacional, funcionando como projectos âncora. O Movimento Moderno desenvolve-se como uma solução doutrinária para um problema eminentemente social e político; progressivamente, viria a afirmar-se como um poderoso instrumento pericial de regulamentação do espaço, nas suas várias dimensões, a saber: a) a casa ou o fogo; b) o edifício; c) o bairro; d) os equipamentos; e) e a cidade (Pereira, 2004, 77). O mesmo sucedia em Espanha. Entre 1950 e 1965 construíram-se 205 barragens com mais de 15 metros de altura. O objectivo era graças às bacias do Douro, Tejo, Guadiana e Júcar conseguir a auto-suficiência energética, potenciar os regadios e criar uma imagem de progresso numa Espanha agrária. A produção de kw/h passou de 3,5 milhões em 1950 para 10,5 em 1966.

O caso do Douro Internacional é uma situação *sui generis*. Até certo ponto é a antítese de Vilarinho da Furna e da Luz. Mas em tudo semelhante ao de Vilar. A construção das barragens de Picote, Miranda do Douro e Bemposta não implicou a submersão de nenhuma aldeia, logo não envolveu a sua realocação e também não teve impactos directos sobre as comunidades. Com a edificação das barragens, os impactos foram essencialmente ao nível do património natural. No caso do Douro ainda existe um outro simbolismo de extrema importância. A edificação destas três barragens significava a conciliação do Movimento Moderno da Arquitectura com os aproveitamentos hidráulicos. Isto significa que o processo de industrialização estabelecesse um diálogo entre os elementos arquitectónicos e a paisagem.

Estas barreiras de betão foram construídas na *época de ouro* das barragens. Estávamos em 1950. Primeiro Picote, depois Miranda do Douro e, por fim, Bemposta, já nos anos 60. Nesta época, defendia-se que o desenvolvimento sócio-económico do País teria por base a edificação de barragens. Isto significava que os governantes de então tinham como paradigma de desenvolvimento regional e nacional um paredão de betão, que serviria, sobretudo, para a produção de electricidade. Todos os *males da Nação*, todo o atraso económico, político e social de Portugal seriam ultrapassados com a edificação de um muro. Se dúvidas houvesse, o tempo encarregou-se de provar o contrário. Contudo, actualmente, este “modelo de desenvolvimento” ainda impera nas mentes de muitas pessoas. Veja-se o caso de Alqueva.

A construção de barragens significa a alteração da paisagem, ou seja, os paredões moldam e contribuem para um processo de modificação do horizonte. No entanto, esta conciliação entre Arquitectura e Engenharia, fez com que houvesse um esforço de fazer as barragens “como parte integrante” da paisagem. Isto significa que nestes três casos as barragens eram elementos de representação do Poder mas também elementos de produção da paisagem, ou seja, as barragens como uma componente que vai reconstruir a paisagem.

As barragens de Miranda do Douro, Bemposta e Picote simbolizam uma etapa da história da Arquitectura Moderna que persiste desconhecida, tendo havido por parte da equipa de arquitectos uma preocupação de plena integração e inserção na paisagem, no

contexto, isto é, uma perfeita relação entre a função e a forma. Há um aproveitamento dos socacos naturais do terreno para edificar os alojamentos. Estamos perante uma construção gradual e sequencial de edifícios modernos, isolados e de acordo com as várias funções. A construção destas barragens permitiu que nascessem um conjunto de obras de invulgar valor, produtos de uma admirável modernidade e de um excepcional cuidado, tanto no traço como na articulação com a paisagem natural, tendo-se conciliado as preocupações estéticas e a necessária funcionalidade. Nos planos urbanísticos sobressaem os aspectos paisagísticos e ambientais.

Picote, Miranda do Douro e Bemposta são um exemplo paradigmático, por todo o contexto envolvente. Como apoio a essa construção foi edificado um conjunto de equipamentos colectivos, *O Moderno Escondido* (2). O Movimento Moderno surgiu no início do século XX e prefigura uma “apropriação” por parte do campo da arquitectura do desígnio emancipatório Iluminista que, para muitos, fora estiolado pela Sociedade Industrial (Pereira, 2004, 77). Estas edificações foram construídas como uma estrutura de serviços auto-suficientes, *uma cidade ideal, a cidade dos tempos modernos*, foi criado um centro urbano de raiz. O objectivo era oferecer aos trabalhadores as mínimas condições de habitabilidade nos espaços residenciais, situados junto da obra. Construíram-se, de raiz, moradias, escola, centro comercial e uma capela. Para além da barragem, do paredão propriamente dito, surgem um conjunto de edificações, como por exemplo, centrais eléctricas, conjuntos residenciais, oficinas, escolas, capelas, centros comerciais e estalagens. Este património enquadra-se naquilo que se designa por segundo Modernismo Português. Constitui um acontecimento excepcional na história da arquitectura moderna e contemporânea a nível nacional e internacional (Cannatà e Fernandes). Todas estas edificações foram obra dos arquitectos João Archer, Nunes de Almeida e Rogério Ramos, responsáveis pela construção da *cidade ideal*, da *cidade moderna*, da “*cidade à colher*”. Um trabalho notável, mas esquecido e negligenciado. Desde a sábia implantação nos difíceis terrenos em escarpa, à articulação dos vários edifícios e equipamentos, de uma linguagem rasgadamente moderna, e ao desenho cuidado dos interiores e mobiliário, estes conjuntos, com destaque para o de Picote, constituem um património de grande coerência e altíssimo valor no quadro da Arquitectura Portuguesa do século XX. (Pereira (b), 2004, 52).

A ausência de um distanciamento temporal teve como consequência a renúncia, traduzindo-se num claro entrave à valorização académica, institucional e cívica da arquitectura do movimento moderno. Este património construído adquire uma singular universalidade na medida em que diz respeito ao quadro de vida da comunidade (...) representa por isso um valor inestimável como identidade colectiva e memória da sociedade (Tostões, 2004, 10). Há uma desvalorização deste património cultural, inclusive os académicos não consideram esta produção arquitectónica como uma herança cultural. O património moderno é, muito simplesmente, a memória do nosso passado mais próximo, uma estrutura material e cultural estruturante para a construção do nosso presente e um referencial para a projecção do nosso futuro (Calado, 2005, 97). A *cidade moderna* tinha três elementos chave: o local de trabalho, de residência e o espaço comercial (onde se incluía a escola, posto médico, o centro social e as lojas). Consistia numa arquitectura geométrica, modulada, afirmativa, de forte presença visual. Mas sempre articulada com as linhas de paisagem, numa sabedoria de implantação atenta às formas naturais que parece directamente herdada da tradição helenística (...) (Tavares, 1999, 140). As edificações eram um marco racionalista, onde tudo foi pensado até ao mais pequeno pormenor do mobiliário. Há um equilíbrio entre o traçado dos detalhes, a inclusão de obras de arte e a sucessão de espaços, abertos e fechados,

privado e mais públicos. As obras de artes completam, enriquecem e valorizam os novos espaços. Desde o elemento escultural natural (...), aos quadros e esculturas encomendados a numerosos artistas (Cannatà e Fernandes, 2004, 16).

Todas as barragens têm um elemento comum. Foi construída uma central, um edifício de comando, de descarga e um parque de linhas. A princípio todas seguiriam o mesmo modelo de construção (no que se refere às edificações de apoio à construção da barragem). Mas à medida que os projectos avançam, os propósitos vão ficando incompletos em termos de infra-estruturas e zonas de apoio, ficando perpetuamente no papel.

A barragem de Picote foi a primeira das três intervenções a ser realizada no Douro Internacional, tendo-se iniciado em 1954 e a sua inauguração ocorreu em 1959. A localização desta barragem, uma pequeníssima aldeia rural, coincidia (coincide) com uma das áreas menos desenvolvida do País. Foram construídas infra-estruturas para instalar as famílias dos trabalhadores envolvidos na construção. Em consequência da escassez de casas na zona do estaleiro foi edificado um bairro privativo (casas definitivas). Foram construídos alojamentos e infra-estruturas de apoio para 5000 mil pessoas, desenharam-se estradas, edificaram-se casas provisórias em madeira com baseamento em granito (que seriam mais tarde desmontáveis para a utilização noutros estaleiros) e elabora-se um plano urbanístico para as estruturas definitivas. Picote era o núcleo central dos três empreendimentos.

Das estruturas definitivas faziam parte a estação de tratamento de água (em consequência da carência de água para abastecer este núcleo populacional foi necessário recorrer à elevação da água do rio e ao seu adequado tratamento), a escola, o bairro dos operários especializados e do pessoal dirigente (casa dos engenheiros), a capela, a estalagem, uma zona recreativa, parque de jogos e piscina e o centro comercial (estação de correios, posto de saúde, padaria, mercearia, talho, peixaria, drogaria e barbearia). As edificações definitivas serviriam depois para a gestão e manutenção do empreendimento. Em toda a construção e planeamento do espaço houve um cuidado meticoloso.

Os alojamentos são de dois tipos: havia as habitações unifamiliares para os trabalhadores com família e as habitações colectivas para aqueles que não tinham familiares. Estima-se que no pico dos trabalhos estiveram envolvidos 3600 trabalhadores, e provavelmente juntando os seus familiares a população deste núcleo pudesse ter atingido os 6500 indivíduos.

A barragem de Miranda do Douro é contemporânea à construção de Picote. Os trabalhos começaram em 1957 e terminaram em 1960. Neste caso foi elaborado um plano que estava em plena articulação e moldado à cidade de Miranda. Assim Miranda recebe, uma espécie de ressarcimento, ou seja, é construído um conjunto de infra-estruturas e equipamentos para toda a comunidade como forma de recompensa pela construção da barragem. Estas contrapartidas foram exigidas pelos autarcas locais e teriam como objectivo aumentar a qualidade de vida do povo. Paralelamente são construídas as edificações que iriam auxiliar a construção da barragem. O tipo de edificações e o planeamento urbanístico seguiu o raciocínio de Picote.

Bemposta foi o último dos aproveitamentos do Douro Internacional. Os trabalhos iniciaram-se no início de 1960 e terminaram em 1964. Planeia-se a construção de um

grande complexo residencial, um novo centro urbano. Deste novo núcleo faziam parte uma igreja, um centro recreativo, um edifício alfandegário e um posto de abastecimento de uma companhia petrolífera. Contudo, em consequência do somatório de vários factores (entre os quais destaca-se a inovação tecnológica e o abrandamento dos investimentos do governo), este projecto nunca se chega a concretizar na íntegra.

Estas construções, que possuem um valor arquitectónico inquestionável (funcionavam como uma plataforma logística para a construção das barragens), foram erguidas como uma espécie de “condomínio fechado”, um gueto, isto é, como um território segregado. *A cidade ideal* (a cidade de sonho) constituía um modelo de organização anti-urbano, um modelo fechado em si mesmo. Era a concretização de um ideal antigo: a edificação de um espaço melhor não caindo nos erros do passado. O objectivo era não haver contacto entre os *da terra* e as pessoas que vinham *de fora* para trabalhar nas obras. Numa primeira fase, esse objectivo foi conseguido. Com o decorrer dos tempos, começou a haver uma interpenetração entre os *da terra* e os trabalhadores das barragens. Estima-se que, durante a construção, cinco mil pessoas permaneciam nesta zona. Foi o “período áureo” para contrerrâneos. Apesar da sua localização geográfica periférica, Picote, Miranda do Douro e Bemposta foram locais de confluência de milhares de pessoas. Os pequenos núcleos rurais passaram a ser lugares de um enorme reboliço.

Todas as edificações nasceram ligadas à construção dos empreendimentos hidroeléctricos e depois foram-se mantendo com a exploração das mesmas. Actualmente, com o avanço tecnológico, com a gestão centralizada das barragens, o número de funcionários necessários para assegurar este empreendimento é muito reduzido. A crise começou com a informatização das barragens, tendo-se iniciado um progressivo despovoamento de todas as instalações. Parte deste património edificado está voltado ao abandono (casa dos engenheiros, escola, centro comercial), tendo-se convertido num povoado fantasma, totalmente despojado, situado num contexto rural de excepcional beleza, o Douro Internacional. Nos bairros dos operários, as casas ou foram recentemente vendidas a forasteiros (que as irão usar como segunda habitação, casas de férias/fim-de-semana) ou estão ocupadas por antigos funcionários, agora reformados. Muitas das realizações que se ergueram até finais dos anos sessenta encontram-se hoje desactivadas e surgem aos olhos dos cidadãos como um novo tipo de ruína, suscitando perplexidades várias (Guimarães, s.d.,5). Segundo Alois Riegl uma das características das obras Modernas, consiste no facto de as mesmas parecerem novas. Logo a sua aparência física é extremamente importante para o passado ser ainda presente. Uma obra Moderna envelhecida pela degradação dos materiais e pela descaracterização dos seus componentes arquitectónicos, é uma contradição inultrapassável na sua relação com o espectador, que assim não lhe desoculta uma qualquer mensagem de modernidade (Lacerda, 2004, 16). Estas construções de apoio técnico e social, foram mais tarde convertidas (ou estão com tendência para) ao turismo.

Toda esta zona sofreu, nos últimos trinta anos, com o processo de i/emigração. O despovoamento é um problema preocupante do interior do País. O desenvolvimento apregoado nos anos 50/60, do século passado, foi uma ilusão. Ainda hoje, as populações raianas vivem com inúmeras dificuldades e o desenvolvimento sócio-económico foi uma miragem. Este património encontra-se subalternizado, esquecido e renegado para um segundo plano.

NOTAS

- (1) Cf. Sandra Marques PEREIRA, 2004, “Pressupostos Ideológicos da Casa Actual – O Espaço como Veículo do Ideário Moderno” in, *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº 8, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, 77-93.
- (2) Cf. Michele CANNATÀ & Fátima FERNANDES, 1997, *Moderno Escondido – Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro, 1953-1964*, FAUP, Porto.
- (3) Cf. Ana TOSTÕES, (2004), “Introdução”, in *Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920 – 1970*, Instituto Português do Património Arquitectónico, 8-14.
- (4) Cf. Maria CALADO, (2005), “Património moderno: conceitos, métodos, classificação e projecção”, in *Património Arquitectónico Moderno – Do contexto internacional ao concelho de Oeiras*, Câmara Municipal de Oeiras, 95-105.
- (5) Cf. Nuno Teotónio PEREIRA (b), 2004, “Electrificação e Arquitectura – Património Nascido da Luz”, in *Pedra & Cal*, nº 21, 52.
- (6) Cf. Domingos TAVARES, (1999), “A arquitectura das hidroeléctricas portuguesas do Douro internacional – Picote”, in *Arquitectura e Industria Modernas, 1900-1965*, Sevilha, DOCOMOMO Ibérico, 137-141.
- (7) Cf. Michele CANNATÀ & Fátima FERNANDES, 2004, “Centrais Hidroeléctricas do Douro Internacional”, in *Pedra & Cal*, nº 21, 15-17.
- (8) . Carlos GUIMARÃES, (s.d), “A arquitectura e indústria modernas (1925-1965)”, in *A Arquitectura da Industria, 1925-1965*, Registo DOCOMOMO IBÉRICO, 5.
- (9) Cf. Manuel LACERDA, (2004), “Um Futuro para o Património Moderno”, in *Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920 – 1970*, Instituto Português do Património Arquitectónico, 14-9.